



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## RATIFICAÇÃO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

**MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA, Estado do Ceará, através do Ordenador de Despesas Sr. TONY THIAGO SOUZA FERREIRA, no uso de suas atribuições, e:**

**CONSIDERANDO** que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública, em observância o que determina a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; e que o processo ora em comento necessita de ratificação conforme determina o Estatuto de Licitações no artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93;

**CONSIDERANDO** as descrições detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam a contratação como emergência;

**CONSIDERANDO** a necessidade inadiável do serviço público que se encontra o Município de Jijoca de Jericoacoara/CE;

**CONSIDERANDO** a Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93;

**CONSIDERANDO** os termos do Processo Administrativo nº 018/2021 - Dispensa de Licitação nº 018/2021;

**CONSIDERANDO** autorização legal quanto ao orçamento - impacto orçamentário - financeiro, foi considerado no presente exercício, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da lei complementar nº. 101/00;

**CONSIDERANDO** as justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos juntados ao processo para "LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE".

**CONSIDERANDO** que o administrador está obrigado a motivar seu ato previamente, tudo em regular e formal procedimento de dispensa de licitação, consoante prescreve o art. 26 da Lei n. 8.666, de 1993.

**CONSIDERANDO** os princípios norteadores da Administração Pública e os do Direito Administrativo que são condicionadores deste.

**CONSIDERANDO**, portanto, a própria conveniência pública,

**1. RATIFICO** todos os atos até aqui realizados pelos setores da Administração, com base na Lei nº 8.666/93 e no parecer jurídico emitido, para contratação do imóvel, pessoa física, de Propriedade da Sra. ANA LAURA HERRERO GARCIA, pessoa física de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 388.534.003-82, com sede na Rua 06 de Março, 226- Centro, Jijoca de Jericoacoara, visando à contratação de "LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE", no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, com recursos

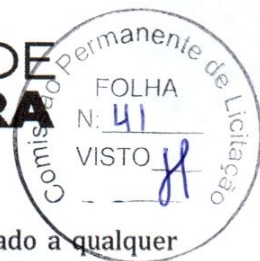
CNPJ: 23.718.034/0001-11

Rua Minas Gerais, 420 – Centro - Jijoca de Jericoacoara - Ceará - Brasil.

CEP: 62.598-000 – Telefone: (88) 3669-1200



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA



## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

próprios, a partir da assinatura do contrato, podendo inclusive ser revogado ou anulado a qualquer momento, sem direito a qualquer tipo de indenização.

2. **DETERMINO** a publicação do extrato da justificativa em ratificação, no prazo da Lei, para que possa surtir seus reais efeitos externos.

3. Depois de cumprida a determinação, seja providenciando chamamento do interessado para retirar instrumento contratual, de tudo observando-se o objeto contratado, como portador que dos dados e elementos fundamentais, inclusive da preservação do preço e forma de pagamento nos termos da proposta apresentada, passando a integrar no todo este termo, com vista à possibilidade de atendimento do pedido, no menor espaço de tempo possível, determinando, ainda, o acompanhamento da entrega, juntando-se aos autos os documentos de liquidações, evitando, assim, desvios de condutas ou mesmo solução de continuidade das atividades de ordem administrativas.

4. Esclareço que, após formalização da autorização de entrega ou termo contratual, deve ser providenciado extrato para sua publicação, conforme dispõe o art. 61, sem descuidar-se das obrigações previstas pelo art. 16, ambos da Lei nº. 8.666/93, de tudo, acostando-se ao processo cópias comprobatórias.

Jijoca de Jericoacoara, 11 de Março de 2021.

**TONY THIAGO SOUZA FERREIRA**  
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO